

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	7
PREFÁCIO À 2ª EDIÇÃO	11
PREFÁCIO À 1ª EDIÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	21
1.1. Introdução à primeira edição	21
1.2. Introdução à segunda edição	27
CAPÍTULO 2 – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E ANÁLISE PRÁTICA DA SECURITIZAÇÃO	31
2.1. Surgimento da securitização de recebíveis	31
2.2. Justificativas extrajurídicas para operações de securitização.....	37
2.3. Operações de securitização no estrangeiro e sua tipologia	43
2.3.1. Operações nos Estados Unidos da América	43
2.3.1.1. Operações <i>agency</i> e <i>non agency</i> e estruturas de pagamento	43
2.3.1.2. ABS, MBS, CMO, CDO, CBO, CLO, CFO e outros títulos emitidos: ativos subjacentes...	48
2.3.1.3. Estruturas revolventes.....	53
2.3.1.4. Securitização de recebíveis futuros	55
2.3.1.5. Securitização sintética	57
2.3.1.6. Os VPEs e as peculiaridades fiscais no mercado norte-americano.....	59

2.3.2.	Operações na Europa	61
2.3.2.1.	<i>Pfandbrief</i> e <i>covered bonds</i>	61
2.3.2.2.	Fundos de investimento e sociedades de propósito específico.....	64
2.4.	Experiências brasileiras de securitização	68
2.4.1.	Primeiras operações	68
2.4.2.	Securitização imobiliária	70
2.4.3.	Securitização de créditos financeiros.....	84
2.4.4.	Fundos de investimento em direitos creditórios.....	87
2.4.5.	Certificados de recebíveis do agronegócio.....	104
2.4.6.	Fundos de investimento nas cadeias produtivas agroindustriais – FIAGRO	110
2.4.7.	Regras gerais de securitização com veículos societários.....	111

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DOUTRINÁRIA, NORMATIVA E JURISPRUDENCIAL SOBRE A SECURITIZAÇÃO 119

3.1.	Possíveis conceitos jurídicos de securitização e seus elementos	119
3.2.	Positivação do conceito nos EUA e na União Europeia.....	135
3.2.1.	<i>Dodd-Frank Act</i> : positivação da securitização nos Estados Unidos da América	137
3.2.1.1.	Crítica doutrinária à definição estadunidense	139
3.2.2.	Regulamento (UE) nº 2017/2402 e a positivação do conceito de securitização na União Europeia	143
3.2.2.1.	Contraste entre as regras europeias para securitização e para os <i>covered bonds</i>	149
3.3.	Positivações do conceito de securitização no Brasil	151

3.4. Positivação do conceito de securitização nas regras gerais de securitização por veículo societário	158
3.5. Análise jurisprudencial	159
CAPÍTULO 4 – ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA SECURITIZAÇÃO	163
4.1. Importância da delimitação dos elementos constitutivos da securitização.....	163
4.2. Proposta de delimitação conceitual e categorização jurídica da securitização.....	164
4.3. Avaliação das definições legal e infralegal de securitização de recebíveis no ordenamento jurídico brasileiro	172
4.4. Securitização e coligação de negócios jurídicos.....	172
4.5. Securitização e o negócio jurídico indireto	174
4.6. Securitização e o negócio fiduciário.....	176
4.7. Crítica sobre a qualificação da securitização como negócio fiduciário ou indireto e proposta de qualificação.....	177
CAPÍTULO 5 – CONCLUSÃO	179
BIBLIOGRAFIA.....	181